

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.649 - RN (2019/0034410-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : SEU SABOR COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : TÚLIO GOMES CASCARDO - PE025454
DANILO MEDEIROS BRAULINO - RN011231
ANA CARLA FELIPPE DOS SANTOS E OUTRO(S) - RN013739
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DE NATAL - RN
SUSCITADO : JUÍZO DA 10ª VARA DO TRABALHO DE NATAL - RN
INTERES. : ANDREIA ALMEIDA SINESIO
ADVOGADO : BRENO CABRAL CAVALCANTI FERREIRA - RN005810

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por SEU SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, envolvendo o r. Juízo de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 0817364-25.2018.8.20.5001), e o Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Natal/RN, onde tramita a Reclamação Trabalhista nº 0000314-76.2018.5.21.0010, ajuizada por Andreia Almeida Sinesio.

Afirma a suscitante que formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 14/08/2018 pelo Juízo de Direito da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Contudo, segundo argumenta, "(...) o D. Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Natal/RN (juízo trabalhista suscitado) *indeferiu a suspensão do feito e determinou após prazo legal o prosseguimento a atos expropriatórios, determinando e mantendo prosseguimento de execução*". **Aduz, nesse contexto, que** "(...) os sobreditos atos de constrição ao patrimônio da recuperanda perpetrados pelo juízo trabalhista suscitado por meio das decisões, despachos e determinações anexas (doc anexo) vão de encontro a determinação da suspensão das execuções ocorrida no Juízo da Recuperação - 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN." **Afirma, também, que** "(...) a determinação de continuidade da execução no juízo incompetente, afronta diretamente os princípios contidos nos art. 47 e 49 da Lei n.º 11.101/2005, que impõe o pagamento de todos os créditos sujeitos aos efeitos do beneplácito legal nos termos do plano de recuperação aprovado, não resta alternativa para estes senão valerem-se da presente medida, conforme está amplamente exposto e demonstrado."

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução

trabalhista com a consequente designação do Juízo da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN para decidir sobre a destinação dos valores apurados. **No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 10ª Vara do Trabalho de Natal/RN.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE**

SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 38/43 (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls. 44/46 (Justiça do Trabalho), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face das suscitantes, sem o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defere-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0000314-76.2018.5.21.0010, em curso no r. Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Natal/RN, afetem o patrimônio da suscitante, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 20ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator